

HABEAS CORPUS Nº 493.593 - RS (2019/0043801-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : CRISTIANE PRETTO - RS057069
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ALESSANDRO DE MELO COLATTO (PRESO)

DECISÃO

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão de *retificação da guia de execução de pena do reeducando, a fim de possibilitar, quando do implemento dos lapsos temporais necessários, de acordo com a sentença condenatória, a concessão dos benefícios da progressão de regime e livramento condicional* (fl. 6), é claramente satisfativa, de igual modo descabendo a liminar suspensão da decisão objurgada até o julgamento do mérito do presente *writ*, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator